

-----ACTA N.º 004/2005-----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE
AOS TRINTA DIAS DO MÊS SETEMBRO
DE DOIS MIL E CINCO -----**

-----Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e cinco, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício da Biblioteca Municipal, face a convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Fernando Lopes Carraço, reuniu este Órgão com a seguinte **ordem de trabalhos: - Período de Antes da Ordem do Dia - Tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - Período da Ordem do Dia: 1.- Apreciação da Alteração do Montante do Empréstimo n.º 9015/001834/0019 de 537.693,00 € para 488.851,00 € ao abrigo da alínea d), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 2.- Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea e), do n.º 1 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 3.- Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia, ao abrigo da alínea r), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

-----Eram vinte horas e cinquenta minutos quando, verificando-se a existência de “quorum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos

regimentais, deu início à sessão. **PRESENTES** os seguintes **Deputados da Assembleia Municipal**: - António Fernando Lopes Carraço, João Costa da Silva, Adriano Jorge Dias Rebelo, José António Machado Alcobia Fernandes, Eduardo José Ferreira Mendes, José Augusto da Silva Cruz, Eurico de Alcobia, Isabel Rosário Baptista, Aires Ferreira Graça, Hélder Filipe Gomes Pereira Cruz, Bruno Miguel Alves Silva, Agostinho da Cruz, José Manuel Martins Russo, Fernandinho Gomes Lourenço, Fernando da Conceição Ribeiro, Manuel Cardoso Lourenço, João Paulo Antunes Henriques, José Saramago Heitor Amaro e Francisco Baptista. **AUSENTES**: Rui Manuel Duarte Marques, Aurélio da Conceição Nunes, Manuel da Conceição Antunes Ribeiro, Carlos Manuel Garcia Ferreira, e José Marques Nunes. **A Câmara Municipal** fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Ribeiro Pereira e pelos senhores vereadores, Manuel da Silva António, Carlos Alberto Mendes Martins e Carlos Ferreira Salgado. **Composição da Mesa da Assembleia Municipal**: Presidente da Mesa da Assembleia, António Fernando Lopes Carraço, 1.º Secretário, Eurico de Alcobia e 2.º Secretário, Aires Ferreira Graça. -----

-----**ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES**: Colocada a apreciação a Acta da 3.ª Sessão Ordinária realizada em 24/06/2005, registaram-se as seguintes intervenções: -----

-----**O Deputado Municipal Manuel Lourenço** em resposta e uma intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal descrita na acta, questionou, se é o Presidente da Junta ou se é o Presidente da Assembleia que marca as sessões das Assembleias de Freguesia. Pensa que o Presidente da Assembleia cometeu uma gafe.-----

- -----**O Deputado Municipal João Costa** interveio pedindo a rectificação de algumas das suas intervenções e em seguida procedeu à leitura do artigo 124.º alínea

a) do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Colocada a votação a acta foi aprovada por 14 votos a favor, 5 abstenções e 1 voto contra.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**1.º Ponto: - Tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----**O Deputado Municipal João Costa** solicitou o uso da palavra e começou por dizer que é militante do PPD/PSD desde 1976 por convite expresso do senhor Dr. Menéres Pimentel logo, não permitia que o Dr. Montalvo, numa resposta jurídica, evoque coisas que não sabe e não conhece. Referiu para o Dr. Montalvo ter cuidado uma vez que lhe podia pôr um processo no Conselho Superior de Magistratura pela sua habilidade. Em seguida procedeu à leitura da seguinte intervenção: «Bem luto mas nada consigo. A hora é dos felizes que acomodados no conforto de qualquer Manjedoura, nem sequer têm consciência da sua má consciência» Coimbra, 28 de Novembro de 1990, acabei de citar, o Poeta e Escritor Miguel Torga, Diário XVI, pág. 42. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, é com alegria que vejo chegar ao fim a minha participação nesta Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, terra que me viu nascer, na bonita freguesia de Areias e, por esta razão, sou uma Ferreirense de corpo inteiro e não um emigrante. Tenho a consciência de que desempenhei o cargo com ética política e sentido de missão. Na qualidade de Ferreirense e de Deputado Municipal, não posso concordar com a expressão muitas vezes usada pela classe emigrante e dominante nesta Câmara, que, os Ferreirenses são tão estúpidos que não se sabem governar a eles próprios, tem que

ser governados por pessoas de fora, esta frase eu não subscrevo, e devo dizer, aqui, e agora, nesta Assembleia, há Ferreirenses mais que suficientes, com formação académica, nas mais diversas áreas científicas: Direito, Engenharia, Arquitectura, Sociologia, Medicina, Ensino e, com muita experiência Autárquica e Legislativa. Ora, como se pode ver e basta estarem atentos, os Ferreirenses tem capacidades mais que suficientes para dirigirem os seus próprios destinos sem a tutela de quem quer que seja. O PPD/PSD é “poder” em Ferreira do Zêzere há três décadas e, tal como sucede noutros concelhos, com este e com outros partidos, é necessário fazer um juízo político sobre uma situação que, embora longe de ser comum à maioria dos concelhos portugueses, não deixa de representar uma falta de evolução para a democracia, em curso há muitos anos, das condições de exercício negativo de algum poder local, por falta de alternância ou de alternativas. O que tenho em mente é uma relação crescentemente clientelar, estabelecida aqui ao longo dos anos, entre o sistema de poder constituído na autarquia e um conjunto cada vez mais largo de forças vivas colocadas na sua dependência. Respeitando sempre o princípio da presunção de inocência, que nos vincula a considerar inocente qualquer acusado até trânsito em julgado de sentença condenatória, todos nós aqui sabemos os efeitos nefastos de “longos reinados” e basta lembrarmo-nos de Fátima Felgueiras, Isaltino Morais, Avelino Ferreira Torres ou Valentim Loureiro, pois, ainda com reinados inferiores a trinta anos, são suspeitos de sacos azuis, peculato e contas na Suíça. Aqui, por ora, nada sabemos, mas logo veremos no que vai dar. Isto por, entre a oposição e a nomenclatura dominante, temos assistido ao desenvolvimento de um sintomático processo de osmose, com apoios a um poder cada vez mais forte e uma ideia de que as fronteiras partidárias se apagam em face de uma certa maneira de liderar o concelho. Como diz o povo, “não há fumo sem fogo”. Basta ler a recente

entrevista do vice-presidente da Câmara do Porto, Dr. Paulo Morais, à revista Visão ou ter ouvido o seu depoimento no programa “Prós e Contras” na RTP1, para se ficar a perceber de onde vêm os sinais de riqueza ostentados por alguns neste concelho. Aqueles que tiverem a coragem de apostar numa geração nova e inteiramente diferente dos pseudo valores locais vigentes, abrem um futuro possível de renovação, de seriedade e de eficácia. Espero e desejo que a nova geração seja melhor. Durante o desempenho das minhas funções, procurei dar o meu melhor contributo para o enriquecimento de Regulamentos camarários e de outras iniciativas trazidas a esta Assembleia Municipal, mas cedo percebi que para os Deputados eleitos pelo PPD/PSD, para a Presidência da Câmara e os Vereadores a tempo inteiro, não era de todo do seu agrado que eu interviesse nesta Assembleia em conformidade com a minha recta consciência de social-democrata e de acordo as prerrogativas que me são conferidas pela lei e pelo regulamento desta Assembleia. Assim, foram aprovados regulamentos sem a devida fundamentação política e sócio-económica, isto é, sem o respectivo Preâmbulo e por vezes sem observar os princípios constitucionais da necessidade, da proporcionalidade ou da adequação ou até a própria Lei das Autarquias Locais. Ora, tudo isto é contrário ao legalmente estabelecido, desde logo é contrário ao Código do Procedimento Administrativo, o que torna tais regulamentos ilegais, porque sofrem do Vício de Forma (por falta de fundamentação e preâmbulo) ou do Vício de Violação de Lei. Alertei oportunamente sobre tais violações da lei, como sabem e consta das actas. De entre vários, destaco o das Águas. Obviamente que votei contra, por este ter a ver com a saúde pública. Senhor Presidente, Senhores Deputados era notório, desde a minha tomada de posse nesta Assembleia Municipal, que eu vinha para cumprir o meu mandato de acordo com a defesa do bem comum e com as prerrogativas que a lei confere a todos os

eleitos locais. Intervim em todas as Assembleias em que participei, conforme consta das actas desta Assembleia, umas vezes para apoiar as posições do meu partido e outras para votar contra, porque desde o primeiro minuto em que tomei posse elegi a ética política como bandeira. Em meu modesto entender, exerci o mandato com dedicação, responsabilidade e ética, sempre observando os princípios legais a que já aludi, e segundo um elevado código moral. Bem sei que esta postura me trás incompreensões e até inimizades, mas prefiro pautar a minha actuação pelas velhas formulas, hoje tanto em desuso: a honra, a probidade, o falar verdade, a devoção ao bem público e a justiça. Por isso, tive a coragem de não abdicar das minhas convicções social-democratas, mesmo que ao arrepio das orientações partidárias, que de resto não existiram. Esta é a minha derradeira intervenção nesta Assembleia, mas não me vou embora do Concelho de Ferreira do Zêzere, como o Sr. Presidente da Câmara me pediu na última reunião da CPC a que eu assisti. Deixo obra, pequena, mas deixo. Desde logo os cartões de identificação de deputados e, para desgosto do ainda Presidente da Câmara, fui eu que, em conjunto com o nosso concidadão Álvaro Gonçalves Tavares e o Presidente da Junta de Freguesia de Dornes, lográmos a visita oficial a este concelho do então Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos e, em consequência, foi incluída nas Grandes Opções do Plano a variante à estrada nacional 238, Ferreira do Zêzere e a EN 110. Daqui envio um muito obrigado ao nosso concidadão Álvaro Gonçalves Tavares e ao seu e meu bom amigo Dr. António de Almeida Santos em nome dos Ferreirenses que pugnam pelo desenvolvimento de Ferreira do Zêzere sem nada pedirem. Contra factos não há argumentos, apregoa o “outdoor” e com toda a razão! Infelizmente, o argumento é que os Velhos Paços do Concelho ruíram e eu não consegui evitar. O facto é que desde sempre a presidência da Câmara e vereadores

criaram as condições para demolir os antigos Paços do Concelho, edifício do século XVIII, simulando uma derrocada, o que há-de ser apurado noutra sede. O facto foi premiar a construtora do Lena com novas adjudicações. Outro argumento era Trabalhos a Mais na reconstrução dos Paços do Concelho. O facto foi pagar ao empreiteiro o mesmo material que já constava da adjudicação inicial, e já pago. Pergunta-se: a que bolso foi parar o dinheiro no valor de 4.061,73? Ver acta do executivo camarário n.º 07072004 de 22 de Julho. Dizem-se Social-democratas, mas os procedimentos são Estalinistas, como ainda por cima são mentirosos, foram escrever na fachada do novo edifício a palavra restauro, é preciso ter lata. Quando se perde o pudor mental tudo é possível às mentes Salazarentas. Fogos Florestais: o argumento, diz o Presidente, quando questionado sobre os resíduos florestais, é que mandou limpar as valetas. Os factos são que os resíduos continuam dentro dos pinhais, os incêndios aconteceram mais uma vez e os Planos de Defesa da Floresta, da responsabilidade do Presidente da Câmara, não existem, apesar do que determina o D.L. n.º 156/2004, de 30 de Junho. Existirá ainda outro argumento, mas até agora não é conhecido. O facto é que, decorrido mais um ano da eleição por esta Assembleia da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, esta não elaborou o Plano de Defesa da Floresta, que tem carácter obrigatório (vide art.º 8, n.º 6 do referido D. L. n.º 156/2004 de 30/6). Outro facto é que este executivo está-se nas tintas para a floresta e este é que é o facto relevante nesta matéria. A este respeito, deixo o seguinte conselho à já aludida Comissão para a elaboração deste plano: na DGF existe o manual de silvicultura para a prevenção de incêndios. Mais, como em algumas freguesias existem áreas ardidadas, seria de bom tom que os Senhores Presidentes de Junta adquirissem na mesma DGF o seguinte manual: “princípios de boas práticas florestais”. Central de Camionagem também com

Trabalhos a Mais? O argumento para os Trabalhos a Mais era que o alçado principal não resistia às acções sísmicas. O facto foi outro bem diferente: não foi cumprido o estipulado na Portaria n.º 1110/2001, já que esta portaria obriga, no seu n.º 4, que seja incluído na memória descritiva e justificativa o estipulado na alínea e), que diz o seguinte: Indicação da natureza e condições do terreno. Ora, isto significa estudo geológico do terreno, o que implica também sondagens e estas não foram feitas. O argumento para trabalhos a mais é uma pedra roliça, diz o Sr. Deputado Eduardo Mendes. O facto é que eu desconheço em absoluto que haja centrais de camionagem trapesistas, e também nunca vi este número anunciado em qualquer circo, por mais famoso que seja. Outro facto é que foi arranjado um estratagema esfarrapado, ao dizer-se que se ia reforçar a estrutura de betão armado, ao nível das sapatas. Pois bem, Senhoras e Senhores Deputados, isto é uma enorme mentira, porque, mesmo na eventualidade de, por ignorância, se mandasse colocar mais betão junto das sapatas, tal não teria efeito nenhum e penso que não haverá Eng.º Civil que subscreva uma atoarda deste tamanho. Assim, isto mais não é do que um estratagema para justificar a saída de dinheiro da Câmara. Outro Argumento foi cabos de amarração. Mas o facto é que todo este projecto está cheio de erros e omissões, para, como convém, permitir os tais trabalhos a “mais”. É provável que ainda por ali existam algumas argolas, onde se prendiam antigamente os burros e as mulas, e agora possam servir para amarrar a Central de Camionagem, não vá esta um dia fugir, para dar espectáculos para outra rua. O facto é que os trabalhos a mais numa obra tão pequena é de 23,7%. Sabem os Senhores Deputados que uma obra pública não pode atingir os 25% de trabalhos a mais? Porque a legislação determina a suspensão automática da obra e o Tribunal de Contas não aprova os pagamentos. Aconselharia, para concluir este parágrafo, que seria conveniente não se atreverem a

passar dos 23,7%. O facto importante é, Senhoras e Senhores Deputados, que com estas habilidades, já saiu dos cofres da Câmara 80.514,27 € em trabalhos a mais na Central de Camionagem. É Obra! Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Zona Industrial de Lameiras 2.^a Fase de Muros de Suporte de Terras: está para ficar a moda das sapatas, porque ficam enterradas, é difícil ver debaixo do chão. O Argumento é maior profundidade da implantação das sapatas. O Facto é que mais uma vez não houve estudo geológico do terreno, como determina a portaria atrás referida. Então Sr. Presidente o projecto de estrutura não determina as cotas de implantação ou o Sr. não sabe de que matéria se trata? O facto é que esta pequena alteração dá mais uns dinheirinhos para o cortiço das abelhas, que agora substituem o logotipo da Câmara, são 12.508,29 €. Contra factos não há argumentos! Diz a revista de campanha. O argumento diz o Candidato, É sempre por Ferreira. Uma leitura em diagonal constata-se que, esta se resume a festas, alcatrão Etares e novos Cortiços sobre quatro rodas com as respectivas abelhas, de onde já foi demolido de vez o antigo Brasão que identificava o nosso Concelho. O facto é que ao fim de todos estes anos este executivo não conseguiu instalar nem uma só indústria que traga ao Concelho uma oportunidade para os nossos jovens, isto é desenvolvimento. Porém o Facto é que, aos poucos, os Ferreirenses vão ficando sem o seu património e símbolos. Primeiro ficaram sem o seu emblemático Edifício dos Paços do Concelho do século XVIII e, aos poucos, as abelhas vão substituindo o logotipo que sempre identificou o Município e que agora está passado para segundo plano. É caso para dizer: estas abelhas comem tudo, ou então são alérgicas à Cruz de Cristo e Templária. Por mim, graças a Deus, com todo o respeito pelas abelhas que produzem o mel, prefiro a Cruz Templária e de Cristo, pois foi à sua luz que Ferreira do Zêzere e Portugal nasceram e cresceram! Estas são só algumas das patologias de

que enferma esta gestão camarária, encabeçada pelo Sr. Presidente Luís Ribeiro Pereira. É também por esta razão que fico feliz ao deixar de tomar parte neste pântano de obscuros interesses, de que fala o Dr. Paulo Morais, Vice-presidente da Câmara do Porto, que eu daqui saúdo, subscrevendo toda a sua postura. Bem-haja pela coragem. Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados termino com o pensamento de Thomas Jefferson, 3.º Presidente Norte Americano, e um dos Pais da Democracia. “Podemos enganar alguns para sempre, mas não podemos enganar todos para sempre.” Viva Ferreira do Zêzere, Viva Portugal.».

-----Durante esta intervenção houve pequenas interrupções em consequência de momentos de diálogo entre o Presidente da Câmara Municipal e o Deputado Municipal João Costa os quais ficaram imperceptíveis. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra para esclarecer que todos os trabalhos a mais de todas as obras que têm sido feitas no concelho e que foram referidas, estão aprovados pelo Tribunal de Contas. -----

-----**O Deputado Municipal Manuel Lourenço** interveio como presidente da Junta de Freguesia, como munícipe e como cidadão, começando por dar os parabéns ao PSD que, é poder local há 30 anos e conseguiu concretizar o seu objectivo, que era chegar a 2006 sem haver zona industrial. Em 2006 terminam os fundos comunitários.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** em resposta ao Deputado Municipal que o antecedeu esclareceu que os fundos comunitários para Ferreira do Zêzere já não existiram neste Quadro Comunitário de Apoio. No IV Quadro Comunitário, com a passagem para Coimbra, e que foi o PSD o grande obreiro dessa mudança, Ferreira do Zêzere vai ter direito a esses fundos comunitários. -----

-----**O Deputado Municipal Manuel Lourenço** retomou a palavra referindo que um dos argumentos da maioria PSD era que não havia acessos para os industriais se fixarem no concelho. Questionou se alguma vez esteve em causa o progresso e o desenvolvimento das indústrias do concelho sem esses acessos. Se isso não esteve em causa porque é que os industriais não tinham acesso a Ferreira para se virem fixar. As indústrias locais têm uma frota, como, é do conhecimento de todos, e nunca as viu passar pelo ar logo questionou como é que os industriais não tinham acesso para se virem fixar em Ferreira do Zêzere e criar postos de trabalho. Na brochura que enviaram a muitos Ferreirenses viu muitas obras, mas não viu quantas indústrias o PSD, ao longo dos trinta anos, fixou em Ferreira do Zêzere. Em seguida perguntou ao Deputado Eduardo Mendes quais eram os jovens que, na última sessão da Assembleia, este disse que se estavam a fixar em Ferreira do Zêzere e quais os postos de trabalho que encontraram para se fixarem. Ao Presidente da Mesa da Assembleia disse que ficou bem claro que afinal não reivindicava Assembleias abertas.- -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** interveio e, em relação à intervenção do Deputado Municipal João Costa “O argumento para trabalhos a mais é uma pedra roliça, diz o Sr. Deputado Eduardo Mendes.” refuta-a por aldrabice e só a atribui a qualquer erro de dicção. Recorda-se de ter falado de uma pedra roliça, contando a história de uma obra pública na estrada de Mem Martins. Não falou de certeza absoluta em nenhuma pedra roliça que existe, tenha existido ou que possa vir a existir na obra da Central de Camionagem. Em relação à questão colocada pelo Deputado Municipal Manuel Lourenço referiu que não tem por hábito andar a contar cabeças, mas sim ler alguns documentos económicos e ter lido as conclusões de que nos concelhos limítrofes, a maior taxa de reposição de juventude é sem dúvida em

Tomar e logo a seguir é em Ferreira do Zêzere.-----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** argumentou que o Concelho de Tomar é maior do que o de Ferreira e à volta têm Alvaiázere e outros. Em termos de população os municípios à volta têm menos população e menos jovens e portanto é natural que o índice de reposição de jovens seja menor. -----

-----**O Deputado Municipal João Costa** reportando-se à intervenção do Deputado Municipal Eduardo Mendes pediu desculpa por qualquer má interpretação do assunto pois, na altura em que se falou da pedra roliça tinha acabado de falar sobre os trabalhos a mais da central de camionagem justificados com uma intervenção ao nível das sapatas. Referiu também que era fiscal de obras públicas, facto que ocultou até à data, e que se o terreno é instável não há betão que valha. Aquilo é uma forma de fazer sair dinheiro que depois circula não se sabe para onde.--

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** referiu que finalmente ficou satisfeito pois tinham um Presidente da Câmara que faz projectos, depois ficaram a saber o esquema de como é que se mete dinheiro nas obras a mais, mas só era pena que os homens do IPPAR, que têm gasto muito dinheiro com a Câmara de Santarém para segurar as barreiras, que os homens da hidroeléctrica na Barragem do Cabril, há uns anos, e outros que tais que injectaram tantas toneladas de betão para reforçar estruturas já existentes, se tivessem ouvido o Sr. João Costa quando é que não teriam poupado. -----

-----**O Deputado Municipal João Costa** em resposta disse que ejectar betão para segurar uma barreira é uma coisa que não tem nada a ver com colocar betão nas sapatas de um edifício como a central de camionagem. -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Silva** interveio pedindo ao Presidente da Mesa que não deixasse descambar esta Assembleia, que é a ultima para “uma

peixeirada”. Em seguida propôs um minuto de silêncio e um voto de pesar ao Sr. José Tomás, antigo presidente da Junta de Freguesia de Ferreira e ao Sr. Emídio Guerreiro, lutador contra o Estado Novo e contra o fascismo. -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** disse que o Deputado Bruno Silva, a quem a Mesa já disse várias vezes que as propostas são apresentadas por escrito, já teria preparado aquilo com algum tempo e já teria tido muito tempo de trazer por escrito. Em seguida propôs que se as propostas viessem a ser aceites, fossem votadas em separado. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** concordou com as sugestões do Deputado Municipal que o antecedeu e propôs ao Deputado Bruno Silva que reformulasse a sua proposta em duas. -----

-----Foi colocada a votação a proposta do Deputado Municipal Bruno Silva no sentido de se fazer um minuto de silêncio e um voto de pesar ao Sr. José Tomás, a qual foi aprovada por unanimidade, fazendo-se de imediato um minuto de silêncio. ---

-----Em seguida foi colocada a votação a proposta do Deputado Municipal Bruno Silva no sentido de se fazer um minuto de silêncio e um voto de pesar ao Sr. Emídio Guerreiro, a qual foi aprovada por 8 votos a favor e oito abstenções e seguida de um minuto de silêncio. -----

-----**O Deputado Municipal João Costa** solicitou o uso da palavra para referir que o Professor Emídio Guerreiro foi um lutador antifascista, mas além disso foi fundador e presidente de Partido Social Democrata, pelo que foi injusto, da sua parte, não se ter lembrado que ele tinha falecido. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----**1.º Ponto:-** **Apreciação da Alteração do Montante do Empréstimo n.º 9015/001834/0019 de 537.693,00 € para 488.851,00 € ao abrigo da alínea d), do**

n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** interveio no sentido de prestar alguns esclarecimentos acerca deste ponto. Referiu que nos últimos anos o endividamento dos Municípios só é possível depois de uma informação da DGAL (Direcção Geral das Autarquias Locais). É a DGAL que comunica às Câmaras o endividamento a que têm direito para cada ano. O que aconteceu, naquele caso, foi que os 48.842,00 € atribuídos ao município para o ano de 2004, por atraso da burocracia e porque foi um montante comunicado já no final do ano, passou para 2005. O Tribunal de Contas, no entanto, entendeu que se os montantes não forem utilizados no ano a que dizem respeito não podem ser utilizados, e foi isso que aconteceu neste caso. -----

-----**O Deputado Municipal João Costa** interveio pedindo para ser informado do grau de endividamento total da Câmara em termos percentuais. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não sabia nem tinha que saber. Poderia informá-lo na Segunda-feira. Em seguida explicou que o Tribunal de Contas diz, expressamente, que a Câmara informa a Assembleia da aceitação desta redução. No entanto se a Assembleia quiser votar não tem nada a opor. -----

-----**Colocado a votação este ponto foi aprovado por 14 votos a favor, 5 abstenções e 0 votos contra.**-----

-----**2.º Ponto: - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea e), do n.º 1 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** dirigiu-se directamente ao executivo pedindo que na publicitação dos subsídios de apoio social não fosse

referido o nome das pessoas, caso o regulamento não obrigue ao contrário.-----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** referiu que muitas vezes não fizeram uma apreciação como deve ser da informação escrita que explica com verdade o trabalho desenvolvido. Pessoalmente, agradeceu ao Presidente da Câmara o facto de todas as vezes ter informado a Assembleia daquilo que durante os quatro anos foi realizado pela Câmara. -----

-----**A Deputada Municipal Isabel Baptista** colocou uma questão acerca do ensino de inglês em Ferreira do Zêzere. Tendo em conta a adesão ao projecto de ensino de inglês no primeiro ciclo perguntou em que moldes vai funcionar, nomeadamente ao nível do financiamento, quando é que vai começar e quem é que está responsável.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** informou que fizeram uma parceria com o Agrupamento de Escolas pois entenderam que deveria ser a escola a apresentar a candidatura para leccionar o inglês. Será a escola que recebe os 100 € aluno/ano para pagar todas as despesas inerentes aos professores. À Câmara compete o transporte. O diferencial, o Agrupamento entrega à Câmara, mas há-de ser muito pouco.-----

-----**3.º Ponto: Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia, ao abrigo da alínea r), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**O Deputado Municipal Bruno Silva** interveio no sentido de dar uma palavra de solidariedade para com o Deputado Municipal Rui Marques que atravessa um momento de saúde bastante delicado. Referiu também que em relação ao transporte dos alunos da EB2,3/S, estes são deixados na escola de manhã, mas à tarde têm que ir apanhar o transporte à Central de Camionagem. Não lhe parece

muito segura aquela opção. Se os vão levar à escola também os poderiam ir buscar e assim evitar que umas boas dezenas de alunos passassem uma rua com um cruzamento perigoso. Sugeriu que a documentação enviada pela Câmara e pela Assembleia não fosse fotocopiada só na frente da folha, mas que fotocopiassem também no verso de modo a economizar com o papel. Sugeriu também que o envio da documentação pudesse ser também fotocopiado em papel reciclado. Por último lembrou que já ali referiu duas vezes que Ferreira do Zêzere tem vindo a perder população desde 1950, pelo que perguntou aos dois principais candidatos de cada partido, vencendo a Câmara, quais são as medidas concretas que pensam implementar para inverter aquela tendência. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia** referiu que o Deputado não podia ali fazer perguntas a candidatos, só podia perguntar ao Presidente da Câmara e ao Vereador. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** disse que não ia responder àquela questão nem autorizava que o Vereador Carlos Salgado o fizesse, pois não estavam ali numa acção política. Quanto à questão dos alunos informou que a Câmara decidiu abrir a Central de Camionagem e analisou a história dos alunos e chegando à conclusão que estes podiam fazer os 400 metros e que assim estariam a responder a uma exigência da Direcção Geral dos Transporte para o facto de, sendo uma obra comparticipada em 90% e portanto quase na totalidade da sua responsabilidade, a Câmara teria que dar àquela obra o destino para que foi construída ou seja, para que os utentes dos transportes públicos a utilizem. Questionou se, a não ser assim, estariam ou não a discriminar as crianças e jovens que vivem na sede do concelho de Ferreira do Zêzere porque, alguns desses alunos, fazem mais de 400 metros. No entanto, numa reunião de pais tomou a iniciativa de os informar que no Inverno

iriam tomar a iniciativa de pedir aos transportadores para passarem pela Escola.-----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço**, pegando nas palavras do Presidente da Câmara, manifestou a sua discordância em relação à decisão tomada. Pois com certeza não quer que os pais das outras freguesias venham trazer os filhos à escola. Quanto à central de Camionagem propriamente dita, convidou o Presidente da Câmara a fazer uma reunião com todos os motoristas das empresas que operam ouvindo o que eles têm para dizer. No cruzamento do Chão da Serra/Fonte do Fojo viu, mais uma vez, o autocarro da Beira Interior a galgar o lancil e a explicação que lhe foi dada pelo motorista profissional foi que o autocarro só consegue passar, sem pisar o lancil, se ele sair fora do alcatrão aproveitando toda a berma da valeta. Mas, em seu entender, o autocarro não pode sair do alcatrão. Convidou então o Presidente da Câmara a desfazer aquela obra e criar uma rotunda em seu lugar, ou seja simplificar as coisas e eliminar uma autentica confusão que a Câmara ali criou. È uma verdadeira aberração ao progresso. Por fim deixou o testemunho de uma passageira que se dirigiu à central da camionagem onde quase não lhe souberam tirar o bilhete. -----

-----**A Deputada Municipal Isabel Baptista** interveio questionando se, relativamente aos acessos à central de camionagem e à proibição de trânsito que não é respeitada num dos sentidos, será possível dizer que existem as melhores condições de segurança para os alunos que se deslocam a pé.-----

-----**O Deputado Municipal João Costa** começou por dizer que ao ler as actas da Câmara encontra sempre o período de antes da ordem do dia, mas não encontra o período da ordem do dia. Não sabe se se faz uma ordem do dia conforme as conveniências. Na acta do dia 11 do mês de Agosto estão mais uns pedidos para o Edifício Sócio-Cultural como os preços de estaleiro, lista de omissões.-----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** interrompeu o Deputado João Costa porque não havia quorum para continuar a sessão.-----

-----Após uma interrupção de 20 minutos, pelas 22h40m, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal no uso da palavra referiu que estavam presentes na sala os seguintes Deputados Municipais: António Fernando Lopes Carraço, Aires Ferreira Graça, Eurico de Alcobia, João Costa da Silva, Adriano Jorge Dias Rebelo, José António Machado Alcobia Fernandes, Bruno Miguel Alves Silva, Eduardo José Ferreira Mendes, José Augusto da Silva Cruz, Isabel Rosário Baptista e Manuel Cardoso Lourenço. Em seguida procedeu à leitura do art.º 89 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Lembrou que aquando da interrupção da sessão o Deputado Municipal João Costa estava no uso da palavra e não havia mais inscritos, pelo que sugeriu, uma vez que não havia deliberações a tomar, que o Deputado continuasse e concluísse a sua intervenção. -----

-----**O Deputado Municipal João Costa** disse que continuava a sua intervenção em respeito pelos presentes. Continuou dizendo que de facto era tão escandaloso o gasto de dinheiro em trabalhos a mais, com trabalhos que não existem, com trabalhos que são arrançados e que nem sequer fazem parte do caderno de encargos e no caso do edifício Sócio- cultural sobre erros e omissões, que são as coisinhas que se arranjam nos projectos para fazer sinais no dinheiro, e lá vão mais 16.006,11 €, e isto por causa de sete dias. -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** disse que na acta dizia que eram uns meses e mais sete dias.-----

-----**O Deputado Municipal João Costa** retomou a palavra e procedeu à leitura de um excerto da acta do executivo camarário, onde foi evidenciando os elevados

custos da obra do edifício Sócio-Cultural, nomeadamente no que diz respeito a erros e omissões. -----

-----**O Deputado Municipal José Augusto Cruz** questionou se o Tribunal de Contas não fiscalizava aqueles valores. -----

-----**O Deputado Municipal João Costa**, em resposta disse que queria lá saber do Tribunal de Contas, pois o que estava ali eram os papéis e, continuou a ler a acta do executivo, concluindo que a Câmara pagou cerca de 60.000,00 € a mais pelos trabalhos que lá não estavam. -----

-----**O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** interveio referindo que estavam a terminar o mandato e aquela sessão não era de boa memória pelo que se dirigiu ao público que assistiu à sessão, nomeadamente aos jovens para que não ficassem com a ideia de que a Assembleia Municipal foi alguma vez o aquilo que foi hoje. Saudou todos os Deputados Municipais presentes e ausentes por todo o trabalho ao longo do mandato em que cada um à sua maneira defendeu as suas ideias. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** subscreveu o que o Primeiro Secretário disse e em seguida fez referencia à única Deputada Municipal agradecendo a sua presença e a sua colaboração. Quanto às Assembleias descentralizadas continua a acreditar que o devem ser. Ainda não houve momento próprio para isso porque por pressão não faz as coisas. Em seguida agradeceu a todos os Presidentes de Junta que o convidaram para participar em eventos das Freguesias referindo que Águas Belas e Ferreira do Zêzere nunca o fizeram. -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas e 20 minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada,

